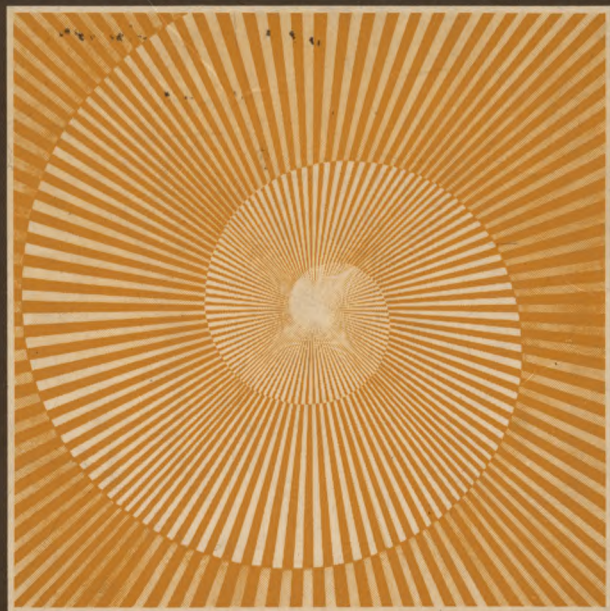


REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS 5

# Antônio Sérgio



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS  
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1983

## NOTA INTRODUTÓRIA

### *DIALOGAR COM ANTÓNIO SÉRGIO*

*Num momento em que a invocação de Sérgio corre o risco de se transformar numa retórica legitimadora de situações estabelecidas, impunha-se escolher um modo de participar nas comemorações do centenário do seu nascimento que evitasse a tentação prosélita e que pudesse concorrer para um melhor conhecimento do seu ideário. E a consciência de que o unanimismo hoje reinante em relação à sua figura, mais do que uma manifestação de justiça, encobre, muitas vezes, desígnios ideológicos interessados em secundarizar o essencial da sua mensagem, levou-nos a escolher um caminho que possibilitasse destacar a riqueza omnímota da sua obra e, ao mesmo tempo, sublinhar o carácter intrinsecamente polémico do seu pensamento. Para isso, a redacção de a Revista de História das Ideias estruturou este número segundo dois vectores fundamentais: em primeiro lugar, gizou um plano tendente a dar coerência interna à exposição do ideário sergiano; em segundo lugar, envidou todos os esforços para assegurar a colaboração de reconhecidos especialistas em António Sérgio e em história contemporânea.*

*Optámos, assim, por uma ordem expositiva que reputamos adequada à concretização destes objectivos. Com efeito, ao começar-se pela filosofia e ao colocar-se, em seguida, os temas de história, literatura, cooperativismo, política, não se pretendeu interpretar o ideário de Sérgio como um sistema fechado à maneira hegeliana, mas tão só mostrar que, partindo de uma atitude filosófica fundamental, vários foram os domínios do saber que serviram de objecto para o exercício da sua cctividade intelectual. Por outro lado, pareceu-nos evidente que essa sequência teria de pressupor como condição inicial a*

*interrogação acerca do sentido último da sua ideação, já que, se esta não se objectivou em termos de sistema, também não se definiu segundo uma ordenação arbitrária. E se a sua filosofia se dissolve, em última análise, numa prática pedagógica, temos também como certo que a política foi entendida como uma esfera de pensamento e de acção logicamente subordinada à filosofia e à economia.*

*Na verdade, com a inserção em primeiro lugar dos ensaios dedicados ao estudo da filosofia de Sérgio, pretendeu-se esboçar os fundamentos do seu pensamento, bem como das suas opções existenciais. Início necessário, dado que, só suscitando ia pergunta radical acerca do sentido do seu filosofar se poderão inteligir e questionar as características do idealismo racionalista sergiano. Para tal, uma leitura pleonástica do seu pensamento é insuficiente, como não basta a aceitação acrítica do perfil intelectual que ele deu de si mesmo. Por outras palavras, se é necessário saber que chegou à filosofia meditando sobre o significado da geometria analítica, e se é fundamental ter presente que o seu idealismo foi consciencializado através da leitura de filósofos como Platão, Descartes, Espinosa, Kant, Fichte, convém ir mais longe e interrogar os limites desse racionalismo.*

*Não é assim irrelevante o facto de ter marcado o seu despertar filosófico em termos que se aproximam de uma iluminação de fundo místico. Segundo a sua própria confissão a Joaquim de Carvalho, quando «tinha uns 16 anos, antes de ler quaisquer filósofos, numa carruagem de comboio, de Lisboa para Payalvo, pensando na geometria analítica e na tradução das figuras em puras relações intelectuais», teve «a revelação fulgurante da tese idealista», e disse para si mesmo: «tudo se passa no interior do pensamento; as ideias só encontram ideias. Foram momentos de embriaguez» (carta a Joaquim de Carvalho, Paris, 12-XII-1930). Tal como em Descartes a intuição do cogito foi repentina, também Sérgio apreendeu a Verdade com um entusiasmo próximo do êxtase místico. E só depois dessa revelação terá empreendido a fundamentação racional do seu idealismo.*

*Ora, pensamos que esta confissão pode ajudar a perceber a frequência com que declarou a fidelidade ao idealismo intuitivo na juventude e possibilitar a problematização dos seus alicerces. Quer isto dizer que a justificação discursiva do idealismo sergiano, ou melhor, o apelo à ascensão do mundo sensível ao mundo inteligível, é a expressão racionalizada de uma experiência primordial em que o logos se funde com o acto e o ser emerge como dever ser. E o grande apreço que Sérgio teve pela tradição mística do cristianismo (Novo Testamento, S.*

Francisco de Assis, St.<sup>a</sup> Teresa de Avila) só pode significar que via nela o exemplo da experiência suprema em que o pensamento se abre à irrupção luminosa do Bem.

Em face destes pressupostos, não basta inserir o seu idealismo na linha das filosofias de matriz gnoseológica e compará-lo com as correntes neo-kantianas. É verdade que, para o autor dos Ensaíes, a filosofia era sobretudo uma reflexão sobre o problema do conhecimento, situando-se, portanto, dentro da velha problemática das relações entre o sujeito cognoscente e o objecto a conhecer. E foi nessa óptica que se afastou radicalmente das teses empiristas ou de quaisquer concepções que implicassem a coisificação do pensamento. Para ele, a ascese do eu empírico até à sua dimensão transcendental era o único caminho da Verdade, pelo qual o pensamento se intuía como acto puro, isto é, como actividade criadora de relações formais. Deste modo, não fazia sentido sustentar-se que a Verdade, exemplarmente realizada na ciência matemática, era a descoberta das coisas; ao contrário, surgia-lhe como fruto de um acto essencialmente livre e a Físis era tão só o fluido desencadeador das potencialidades inventivas do espírito. Logo, o critério de certeza não residia na adequação do pensamento com a realidade, pois radicava, intrinsecamente, na coerência lógica do ideado. Assim sendo, a Verdade só podia ser definida como expressão de um acto de liberdade; mas, consequentemente, a liberdade aparecia identificada com a própria racionalidade.

Ora, se com uma leitura atenta dos textos de Sérgio se chega a esta caracterização do seu racionalismo, importa, contudo, questioná-lo à luz da sobredeterminação cristã e em função das suas premissas místico-intuitivas. A leitura de alguns dos estudos que se seguem convenceu-nos que esse é um caminho a percorrer, a fim de que se possa confrontá-lo, em bases sólidas, não só com o racionalismo de outros matizes (teoria dialéctica do reflexo, escola de Frankfurt, Gramsci), mas também com outras concepções que buscam uma radicalidade mais funda para o conhecer (teorias da intuição e da pré-compreensão). Com efeito, é convicção nossa que a exploração dessa via possibilitará a abertura de perspectivas enriquecedoras sobre o ideário sergiano.

Ao mesmo tempo, não será descabido chamar-se a atenção para o contributo que a compreensão da sua subjectividade pode dar para um melhor entendimento da sua obra. De facto, como se mostra neste número, Sérgio sofreu momentos de desânimo que o levavam a posicionamentos que colidiam com o optimismo de outras fases e com o tom predominantemente apolíneo dos seus escritos. Existe, assim, em momentos impor-

tantes da sua vida, uma dualidade evidente entre o mundo optimista das ideias e a subjectividade empírica que o sustentava, dualidade esta que, se plasma a grande luminosidade aos seus escritos, não permite que por eles perpassa a riqueza interior da existência que os gerou.

É ainda dentro dos limites da metafísica do inteligível que se tem de entender o modo como leu autores com quem sentiu afinidades intelectuais e existenciais. Está neste caso Antero de Quental. É conhecida a tese sergiana sobre as facetas apolínea e nocturna do poeta. Divisão importante e operativa, sem dúvida, mas que esconde uma faceta não enquadrável na apropriação hermenêutica de Sérgio. O Antero nocturno é qualificado como uma emanação do mundo sensível de cariz patológico, A noite e o pessimismo surgem, portanto, como manifestações enraizadas na corporeidade, logo, como epifenómenos em relação à luminosidade essencial do espírito. Dir-se-ia que, nesta catarse, Sérgio se libertou dos seus próprios fantasmas, depurando o poeta para o colocar como o seu mais digno antecessor. No entanto, se é verdade que o estudo da poética anteriana, em correlação com a cronologia da sua doença, permite detectar razões de causa e efeito entre a morbidez e o pessimismo, isso não deve impedir que nele se não releve o estatuto metafísico fundamentador do próprio pessimismo. E, curiosamente, essa justificação conduz a uma ilação que lhe permite escapar aos exageros optimistas gerados pelo iluminismo. Tal como a realização do Bem pressupõe a história, e a vida exige necessariamente a morte, o optimismo requer a mediação pessimista. Era por tudo isto que Antero se definia como «idealista dentro do naturalismo, e optimista dentro do pessimismo», definição esta incompatível com o radical optimismo do ensaísta.

Num estudo sobre Sérgio, é ainda imprescindível reflectir sobre a natureza do seu ensaísmo. Filiando-se literariamente em Montaigne, é um género que se adequava, tal como os diálogos e a polémica, às características essencialmente problematizadoras da razão humana, pois a explicitação das ideias faz-se em função de um interlocutor, o que possibilita que a ordem expositiva insinue o processo intelectual que leva à demonstração da Verdade. Portanto, o ensaísmo requer uma encenação de tipo socrático: tem de criar a ilusão de que a Verdade é uma consequência do próprio debate de ideias, quando, no espírito omnisciente de quem escreve, ela já está postulada desde o início. Tal como nos cânones tradicionais do romance, também aqui o autor surge como um demiurgo.

*Em particular nas polémicas, isto revela-se com toda a evidência. Com efeito, não deve passar sem interrogação o facto de, entre as várias que travou, nenhuma o ter levado a uma atitude de revisão ou de autocritica face aos seus pontos de partida. Diremos que, nele, o erro não é condição co-essencial à busca da Verdade, existindo somente nos outros. Daí que estes nunca tenham razão ou só a tenham na medida em que confirmam a razão de Sérgio.*

*De qualquer maneira, estas perplexidades não podem obscurecer a dimensão problematizadora dos Ensaaios, nem fazer esquecer a pertinência de muitas das ilações aí inferidas. Ainda que necessitando de um aprofundamento à luz de outros métodos e de outros critérios de verificação, é indiscutível que o seu apostolado o levou a explorar domínios tão diferentes como a pedagogia, a história, a crítica literária, as teorias sociais, e a lançar teses que ainda hoje são autênticos desafios hermenêuticos.*

*Esta possibilidade de actualização permite que o seu ensaísmo tenha indiscutivelmente uma capacidade de confronto com as teorias sociais contemporâneas, sejam de inspiração explicativista (marxismo, positivismo, estruturalismo), sejam de orientação compreensivista (Max Weber). Queremos com tudo isto dizer que, a par da questionação dos problemas do conhecimento científico em geral e das ciências sociais em particular, permite ainda que se convertam em hipóteses muitas das suas intuições. Reconhece-se assim pertinência científica a algumas propostas, nomeadamente no campo da sociologia e da história. Sopesar o lugar das ideias na determinação do comportamento económico das sociedades (tese sobre a tomada de Ceuta), equacionar os seus conceitos de Seiscentismo e Sebastianismo, bem como a sua tese sobre as duas políticas nacionais, continuam a ser exercícios intelectuais ricos de consequências. O mesmo se pode afirmar sobre a justeza ou não justeza de algumas das suas interpretações literárias (Eça, Guerra Junqueiro), pedagógicas e sociopolíticas. Consequentemente, para quem não se situe numa posição fideísta, a modernidade da sua obra deve ser medida não tanto pelas respostas feitas que contém, mas pelas hipóteses que ainda ajuda a consciencializar.*

*Por outro lado, a determinação das características do racionalismo de Sérgio aponta para o cerne de uma questão essencial e de grande actualidade: saber como viu as consequências sociais da revolução racionalista de que se considera herdeiro. Na sua luta contra a mundividência feudal, o racionalismo fundamentou uma concepção uniforme e quantificável da natureza. Mas repensou igualmente o estatuto do*

homem, pois este, primeiramente definido como *res cogitans*, foi depois entendido, numa perspectiva transcendental, como puro pensamento. A natureza é encarada como coisa transformável e a função do saber passa a ser determinada pela sua capacidade de se concretizar em tecnologia manipuladora de fenómenos. Mas a convergência do racionalismo com a tradição empirista criou as bases teóricas da revolução industrial que, pelas suas consequências, levaram à formação de condições que reifioaram o próprio homem.

É evidente que o racionalismo de Sérgio, teorizado num país economicamente pouco desenvolvido, está imbuído de intenções libertadoras típicas do iluminismo ascendente. Não admira, sabendo-se como se sabe que escreveu para uma «inteligência» que considerava católica tradicionalista, positivista jacobina, ou irracionalista, necessitando, portanto, de uma revolução interior. De certo modo, Sérgio sentiu-se em relação às reformas do futuro num papel análogo ao que os Filósofos desempenharam nas revoluções de setecentos. Também para ele o saber só seria autêntico se reivindicasse a sua autonomia e se postulasse uma vocação eminentemente emancipadora.

Logo, só a ideia de Bem poderia iluminar com justeza a transmutação da teoria em técnica. E como a razão teórica pressupunha a razão prática, toda a acção teria de ser movida por uma intenção espiritual. Por conseguinte, se era importante lutar para que o conhecimento estivesse ao serviço da libertação do homem, essa exigência era ainda maior em relação às práticas que o tinham como objecto (economia, política).

Por mais anacrónico que possa parecer este humanismo, é indiscutível que encerra algumas potencialidades críticas em relação aos discursos assentes na autossuficiência cientificista. No entanto, isso não deve impedir que se assinalem os seus limites. De facto, à luz das experiências históricas erguidas em nome da racionalidade, é lícito perguntar se o seu racionalismo, embora requerendo a liberdade como fundamento, não corria o risco de subsumir a individuação na universalidade, e se, ao desvalorizar a corporalidade e a historicidade humanas — a razão apresenta-se como um universal formal — não potenciava condições de alienação tão reais como as geradas pelo império da irracionalidade.

Por outro lado, a vocação social desse racionalismo levou-o a algumas situações que, embora coerentes com os seus postulados, não deixaram de suscitar polémica. Expliquemo-nos. A filosofia de Sérgio culmina na fundamentação de uma doutrina social em que a estrutura interna das respectivas instâncias e o relacionamento destas entre si não são arbitrários,

*dado que têm de radicar na eticidade humana. É em nome da ideia de Bem e das suas exigências de harmonia — o próprio pensamento é uma cooperação de ideias — que o mundo do grande negócio é condenado. As relações ideadas devem traduzir-se em cooperação social, pois a sociedade harmoniosa só será viável com o posicionamento dos sujeitos como agentes económicos e cidadãos subordinados às regras de convivência política. Poder-se-á assim resumir o ideário social de Sérgio afirmando que, se o cooperativismo surge como a concretização, em termos económicos, da revolução cultural, a política deveria garantir supletivamente a plena autonomia da sociedade civil.*

*De facto, existe um fundo anarquista de laivos proudhonianos no seu pensamento social. Mas, ao contrário das versões radicais, aí o indivíduo não surge como o único (Stirner), mas como um co-participante da razão universal fundamentadora de uma sociabilidade de natureza pactuai. O socialismo de Sérgio não desagua na condenação radical da política (Bakunine), mas tão só na contestação das suas formas imorais e imperfeitas. E sendo uma crítica ao poder estabelecido, tinha um fundo utópico que apontava, contudo, para a sua urgente concretização histórica. Em consequência, pressunha uma crítica da razão política que se situava entre o desejo de superar o estágio actual da humanidade e a necessidade de dialogar com ele, tendo em vista a sua extinção superadora. É que, como o motor do evoluir social radicava na consciência, a política instalava-se no interior do homem, o que implicava a necessidade de o saber se defrontar com o poder.*

*Neste sentido, Sérgio dá continuidade à lição sofística: como o filosofar culminava numa metanoia, esta implicava uma paideia, ou melhor, uma demopaideia. E como a luz necessitava o seu derramamento, a transformação do mundo nasceria dos efeitos da acção educativa na consciência dos homens. É neste contexto que a libertação humana aparecia como o fruto de uma semente lançada à terra por mãos já emancipadas. Significa isto que Sérgio foi indiferente a esta questão primordial: — quem educa o educador? (Marx) —, partindo da autossuficiência iluminista segundo a qual bastava a revelação da Verdade para se tornar imperativa a sua propagação. Tal como o apóstolo antigo, Sérgio sente ser missão inadiável semear a boa nova e lutar pela sua consumação histórica. Por outras palavras, como muitos outros intelectuais da sua geração (Jaime Cortesão, Raúl Proença), preocupou-se com a formação de um escol intelectual capaz de definir correctamente as relações entre a razão e o estado.*



*Numa sociedade a caminho de uma crescente secularização, tornava-se claro que a sua legitimação não podia radicar em princípios obsoletos nem em superficialidades teóricas de inspiração sociologista (Comte, Durkheim). O verdadeiro clerc seria um educador no sentido mais nobre do termo. Fomentando uma compreensão espiritual do homem, criaria as condições intelectuais que, mediante a sua crescente hegemonização, se iriam traduzindo em opções económicas e políticas. Dito de outro modo: se a razão se auto-revelava como um acto imperativo, o autentico intelectual, tal como o místico, teria de fundir-se com o revelado, definindo-se como um apóstolo comprometido com o destino da sua Grei. Em suma, para não traír (Raúl Proença), não podia abdicar da dimensão interventora decorrente da sua condição de ser pensante. É assim lógico que, no caso de Sérgio, a ética de inspiração espinosiana e kantiana funcione como um fundamento secularizador da moral evangélica e o intelectual seja convidado a eleger para exemplo da sua vida, não os revolucionários de tipo jacobino, mas os grandes reformadores espirituais.*

*Compreende-se, assim, que lhe interessasse, mais do que o sucesso imediato ao nível do poder político, a radicação de um civismo propagado pelo exemplo (estoico) e pela doutrinação das ideias. É que o intelectual só alcançaria a estatura de um verdadeiro clerc quando conseguisse resistir a ser serventúario de situações de injustiça, mesmo que, para isso, tivesse de optar, em últimas instâncias, pelo isolamento ou pelo suicídio. Não é assim secundário que, na exígua galeria dos heróis cívicos sergianos, tenham lugar, não tanto os vencedores, mas os que, aparentemente vencidos, souberam simbolizar num gesto paradigmático esta reivindicação eterna: a acção política deve estar subordinada à moral. Isto explica que, a par de Sócrates, Cristo, S. Francisco de Assis, e descendo aos que mais directamente se preocuparam com os negócios públicos concretos, a sua admiração recaia em figuras como D. João de Castro, Sá de Miranda, Herculano, Antero. E dos políticos propriamente ditos, só tenha destacado os que, como um Mouzinho da Silveira, souberam pôr a prática ao serviço do bem comum.*

*De certo modo, Sérgio e os seareiros continuavam a defender a supremacia do espiritual sobre o século e a ver nela a via privilegiada para a reforma dos costumes e das instituições. Se no mundo económico imperava o egoísmo e na política reinava a lição de Maquiavel, na perspectiva iluminista de Sérgio, tornava-se prioritário lutar por uma revolução cultural criadora de um homem novo. Mito de fundo cristão, agora concretizado em termos exclusivamente terrenos. Só uma metanoia transcendental poderia conduzir à superação do homo oeconomicus gerado*

*pelo capitalismo. Mas a prossecução deste objectivo exigia que o escol iluminado pela Verdade vivesse a sua missão como um apostolado e fosse capaz de inculcá-la na consciência popular. Mas para isso, a prática pedagógica teria de se assumir como acção demopédica.*

*Questão importante que reflecte a sua sensibilidade face a alguns dos temas capitais da sociologia contemporânea — neste caso a equacionação do lugar das élites na história (Pareto, Mosca, Weber). Em Sérgio, a explicação do elitismo passa pela ligação do seu iluminismo ao papel dos intelectuais e à sua conseqüente tradução em comportamentos e saberes democratizados, isto é, em opinião pública. Com efeito, só deste modo se poderá ver como a libertação individual se objectivava em libertação colectiva. É que só a formação de uma opinião pública racionalizada conduziria à criação de novas relações económicas e políticas assentes em contratos livres. Mas, como facilmente se depreende, a realização deste projecto ultrapassava a esfera de actuação do filósofo ou do escritor, pois requeria o funcionamento alargado de meios de reprodução ideológica. Por conseguinte, a pedagogia sergiana, como todas as pedagogias, teve de se defrontar com a realidade que ela mesma pretendia reformar: o poder político.*

*Na verdade, se o livro, a palestra, o jornal, a revista, eram meios suficientes para a formação de um escol educador, a socialização das consciências, isto é, a inculcação de comportamentos sociais, implicava uma acção prevalente sobre a criança, vale dizer, carecia de um adequado funcionamento da escola desde a pré-primária ao ensino superior. São conhecidas as reivindicações de Sérgio apontando para a necessidade do ensino se estruturar segundo o modelo de sociedade que se pretendia edificar. Daí a sua sensibilidade em relação às propostas oriundas dos animadores da «escola nova» e de pedagogos como Montessori. No entanto, verificando que um dos mecanismos essenciais de cimentação social das sociedades contemporâneas se encontra nessa instituição, e que, mesmo dentro do próprio liberalismo, a estaticização do ensino (luta pela sua obrigatoriedade e neutralidade) foi uma das condições essenciais para o alicerçamento do estado capitalista, como seria possível que a escola funcionasse como um oásis utópico reprodutor do modelo contestário da ordem existente? Aceitaria o estado o seu próprio hara-kiri?*

*Conhece-se a saída teórica de Sérgio. A criação da escola nova devia partir da livre iniciativa dos cidadãos e das comunas. Mas conhece-se igualmente como sentiu os limites desta solução ao apelar para que o poder desempenhasse uma acção*

supletiva tendo em visto a implantação de uma verdadeira reforma. Tal necessidade talvez explique a sua opção aparentemente contraditória: defendendo um apostolado social comprometido com a Grei, mas descomprometido com a política partidária, Sérgio aceitou ser ministro da Instrução. De qualquer modo, correlacionando a teoria com a sua prática, ter-se-á de concluir que a questão política se projectava como uma sombra no cerne do seu próprio ideal pedagógico.

O mesmo se verifica no campo das propostas de reforma económica. O cooperativismo — e Sérgio defende-o com ênfase sobretudo depois de aprofundar o estudo da escola francesa de Charles Gide — era apresentado como um ideal que materializava a vocação ética do homem. Pressupondo o contrato sinlagmático, a cooperativização das relações económicas — primeiro de consumo, e depois alargadas a outras actividades — seria o melhor indício da evolução racional da humanidade e, conseqüentemente, o sinal das suas vitórias contra a exploração. Isso impunha que a destruição da injustiça capitalista fosse obra dos cidadãos e não estivesse subordinada a iniciativas exteriores. No entanto, o destaque desta faceta anarquista-liberal do pensamento de Sérgio não pode obscurecer um outro aspecto que, apesar de secundário no seu pensamento global, tem de ser sublinhado para que certas opções não apareçam como incoerências. Referimo-nos ao facto de aceitar que o estado, com uma função meramente transitória, exercesse uma acção jurídica e financeira coadjuvadora da emancipação cooperativista. A ilusão liberalista e anti-maquivélica da política levou-o, também aqui, a acreditar que o poder pudesse ser exercido conscientemente como um momento negador da sua necessidade histórica futura. A natureza deste apelo tem de ser definida à luz das suas premissas filosóficas, a fim de que se possa explicar a posição dilemática que teve em relação à I República. (Com o salazarismo a questão foi mais fácil, pois tratou-se de uma prática de oposição). Com efeito, a par das suas críticas à falta de um projecto social na obra da República, a mediação ética da política não lhe permitia aceitar a redução desta a uma prática exclusivamente voltada para a conquista e manutenção do poder. Por outro lado, colocando-se na perspectiva universal-racional, os choques de interesses sociais e partidários tinham de ser entendidos, não como a essência do próprio ideal democrático, mas como conseqüências de um estádio em que a opinião pública ainda não pautava as suas opções pela razão, isto é, pelo interesse geral. Por conseguinte, é permitido concluir-se que, se

*Sérgio não negava a validade ao sistema representativo, tinha, porém, uma atitude bastante crítica face à sua expressão parlamentarista.*

*Todos estes factores acabaram por arrastá-lo para uma situação polémica no contexto da luta política de então. O seu racionalismo obrigava-o a ser um combatente de e pelas ideias, e a pôr em causa a partidocracia gerada pelo parlamentarismo e bloqueadora da elevação do povo ao self-government. Mas esse apartidarismo não significa que fosse um apolítico, pois como a sua doutrinação tinha um fito predominantemente social, isso levava-o a cultivar a política no sentido grego do termo e a entrar em constante oposição com os que tinham dela uma concepção destituída de eticidade.*

*Mas é ainda em função do seu racionalismo que se tem de explicar uma outra aparente contradição. Embora defensor de formas democráticas de organização económica e política, Sérgio sentiu-se atraído, pelo menos antes de 1926, por uma solução transitória que, sem atropelar a personalidade dos cidadãos, desaguava na apologia da concentração do poder. Aqui, mais do que João Franco, o seu modelo foi o Oliveira Martins da «Vida Nova», momentaneamente encarnado no projecto de «República Nova» de Sidónio Pais. Ora, estas simpatias só podem admirar quem não tenha na memória as suas críticas ao parlamentarismo e não realce o modo iluminista como entendeu a governação da coisa pública. Se no século XVIII a relação entre o Filósofo e o «déspota» esclarecido aparecia como uma consequência lógica das relações entre o saber e o estado, em termos análogos — note-se que não dizemos idênticos —, também não lhe repugnava a concentração do poder desde que o seu exercício fosse iluminado pela recta razão e tivesse uma vigência passageira, já que, depois de lançadas as sementes regeneradoras, caberia ao povo desenvolvidas, tomando definitivamente nas suas mãos o seu próprio destino. Dir-se-ia que Sérgio, antes de compreender que a crítica ao parlamentarismo naquele contexto potenciava o crescimento fascista, acreditou na objectivação angélica da razão universal como razão de estado. Falaz ilusão só possível numa conjuntura de crise, em que a própria razão, tal como o sonho, pode gerar monstros. E aquilo que para ele, como para muitos dos que, em nome da República, lhe criticavam os vícios, era uma intenção que visava superar uma realidade anómica, era já para alguns o laboratório em que se ensaiavam projectos que ameaçavam o próprio entendimento do homem como ser racional.*

*Com estas considerações prévias pretendemos explicitar algumas interrogações que fomos formulando à medida que enfrentámos a nossa prévia visão de Sérgio com as sugestões nascidas da leitura dos textos que se seguem. Mas essa leitura mostrou-nos também que o ensaísta não pode ser compreendido exclusivamente através dos seus escritos. Excessivamente racionalizados, estes encobrem a riquíssima dimensão humana de quem os produziu. E ao sublinharmos a importância da faceta subjectiva estamos a valorizar o aspecto biográfico sem termos receio de cair na apologia do biografismo. Com efeito, o estudo da vida de Sérgio é importante em si mesmo, já que permite fazer um confronto entre as suas doutrinas e a sua prática, mas é igualmente relevante porque o seu trajecto existencial simboliza, a nosso ver, o itinerário de muitos intelectuais portugueses que, sentindo o compromisso social, como um imperativo do ético, se empenharam nas lutas decisivas que construíram o Portugal contemporâneo. Daí que também tenhamos procurado testemunhos que, em tom memorialista ou revelando escritos íntimos (cartas), nos dessem uma imagem mais viva do grande ensaísta.*

*Depois de tudo o que ficou escrito, julgamos poder concluir que Sérgio ocupa um lugar decisivo na história da cultura portuguesa novecentista. E esta ilação é ainda reforçada pelo facto da riqueza intrínseca do seu pensamento abrir vias de diálogo com toda a nossa cultura. Em consequência, o estudo da sua obra é crucial não só para se apreender a essência da sua mensagem, mas também para que possamos consciencializar melhor tanto o nosso passado como o nosso presente. É que Sérgio foi um mediador cultural a que nada foi estranho. E se a transformação em hipóteses de muitas das suas teses é rica de consequências intelectuais, não o é menos a necessária pressuposição da perspectiva histórica e do horizonte polémico em que muitas delas foram formuladas. Por tudo isto, a análise da obra sergiana é uma das condições fundamentais para a intelexção do modo como uma certa intelectualidade portuguesa pretendeu actualizar o melhor do século XIX dentro do século XX.*

*No caso do autor dos Ensaísta este propósito é claro, pois quis prolongar de uma maneira consciente o magistério de Mouzinho, Herculano, Ant er o e Oliveira Martins. Tal car act erística confere-lhe uma posição de charneira na evolução da cultura em Portugal, posição esta que ele mesmo reforçou ao fundamentar essa herança e ao assumir uma atitude de combate face às propostas que contestavam a suficiênciã racional-*

lista. E este polemismo faz com que o estudo de Sérgio seja ainda capital para a dilucidação das próprias propostas que ele contestou.

Assim sendo, aventamos que a análise dos seus escritos arrasta também a necessidade de se estudarem as correntes culturais e políticas que lhe serviram de referente polémico. Desde o intuicionismo bergsoniano, o saudosismo, o positivismo, o materialismo histórico e dialéctico, até ao republicanismo, integralismo, fascismo, socialismo de estado, comunismo, isto é, tudo o que foi marcante na história europeia das primeiras décadas do século XX, passou pelo crivo da sua crítica. Logo, o omnimodo da sua obra, o brilhantismo da sua escrita, a penetração das suas interpretações, a autenticidade da sua existência, o halo de espemença utópica que transmitiu, dão-lhe o estatuto de um representative man da nossa cultura contemporânea, que não pode ser estudado segundo critérios iconolátricos ou rejeitado por mera iconoclastia, atitudes fáceis num mundo intelectual que parece perder em capacidade crítica, o que ganha em compromissos pragmáticos e acríticos com o statu quo.

A esta luz, compreende-se que, para nós, só se justificasse uma homenagem a Sérgio que pudesse fomentar uma atitude crítica que também o envolvesse, condição básica sem a qual o saber, mesmo o saber sobre Sérgio, não passa de uma sabença, e a cultura fica reduzida a uma retórica socialmente inócua. Se conseguirmos alcançar esse objectivo, devemos-lo sobretudo ao contributo de todos os que se prontificaram a colaborar connosco. Para os que, por motivos de força maior, não o puderam fazer, vão também os nossos mais sentidos agradecimentos. Mas não podemos terminar sem agradecer igualmente a todas as instituições que nos apoiaram financeiramente na concretização deste projecto.

Fernando Catroga